



## **CARTA ABERTA AO GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

### **COMEMORAÇÃO AO DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO 2012**

#### **Associativismo e Cooperativismo pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional – 16 e 17 de outubro de 2012**

Exmo. Sr. Governador José Renato Casagrande,

O Povo Capixaba, se junta a todos os Brasileiros e outros Povos Irmãos do Mundo para comemorar com tristeza mais um DIA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO. Tristeza porque a Humanidade tem de se lembrar de quase UM BILHÃO de seres HUMANOS que ainda vivem a desumana situação de Fome, além de tantos outros bilhões em diferentes graus de insegurança alimentar e nutricional, incluindo-se as vítimas de uso abusivo e indiscriminado de agrotóxicos, que coloca o Estado do Espírito Santo na liderança das estatísticas nacionais.

Essa tristeza se mistura, no entanto, com uma alegria por saber que cerca de 1 bilhão de camponeses e camponesas resolveram continuar a alimentar o mundo através de suas cooperativas, criando mais de 100 milhões de empregos em diferentes países. Esse número corresponde 20% a mais dos empregos criados pelas empresas multinacionais, donas de agronegócios, que resolveram alimentar a humanidade utilizando agrotóxicos para melhorar os seus lucros. Milhares de CAPIXABAS são protagonistas dessa história, pois resolveram juntar-se a outros para melhorar a produtividade de seus empreendimentos para produzir mais alimentos, incorporando em suas práticas os princípios da agroecologia e da produção orgânica. Para esses produtores, os signatários dessa CARTA reivindicam mais investimentos.

Queremos também lembrar que a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, ao incorporar no passado dia 12 de setembro a Segurança Alimentar e Nutricional nas suas rotinas, criando a sua Comissão de Saúde, Saneamento, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional, sinaliza o reconhecimento ao Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável do nosso povo, reiterando o teor da Constituição Federal.

Permite-nos, Exmo. Sr. Eng.º. Governador José Renato Casagrande, exigir que o Governo do Estado adote como uma das estratégias do Estado do Espírito Santo o ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO PARA GARANTIR O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL”, *além de investir mais na implementação da Política de Agroecologia e da Produção Orgânica.*

Ainda queremos lembrar que a humanidade atual enfrenta grandes desafios dos quais destacamos três principais: a busca do crescimento ordenado das cidades, o ambiente saudável e a alimentação adequada e saudável. A não realização de todos estes desafios está presente em nosso planeta e representa uma ameaça à sobrevivência da humanidade, interferindo diretamente na qualidade de vida das pessoas. Os grandes problemas do mundo

surgiram a partir de uma série de políticas governamentais de favorecimento às grandes empresas e uma profunda e insaciável corrida de uma pequena parcela da sociedade em busca do lucro à custa da natureza e das pessoas.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas pela Agricultura/FAO, a área agricultável está diminuindo no mundo em virtude do aumento de superfícies que vão se desertificando e outras dando espaço para produção de energia líquida. No Brasil e no Espírito Santo a realidade não é diferente, aqui se aprofunda a concentração fundiária para grandes monocultivos, inclusive nas mãos de estrangeiros, com grande consumo de agrotóxicos e sementes transgênicas.

O Brasil a cada ano bate recordes no consumo de agrotóxicos, inclusive em produtos já banidos no mundo todo e ainda só liberado em nosso território. Desde 2009, no nosso país é utilizado, a cada ano, mais de 1 bilhão de quilos de veneno. De acordo com Instituto Nacional do Câncer (INCA), teremos no Brasil, a cada ano, pelo menos 1 milhão de novos casos de câncer, sendo boa parte causada pelos agrotóxicos.

No que se refere aos modelos de produção agrícola, no Brasil temos dois tipos:

1 - MODELO AGROEXPORTADOR: que tem como base agrícola soja, milho, etanol, celulose, minério, carnes confinadas, suco de laranja e um pouco de café. Este modelo detém 77% do território nacional agricultável (as melhores terras), 85% do crédito agrícola, gera apenas 15% dos empregos no campo e produz somente 30% da alimentação brasileira. Este modelo é explorador de mão de obra no campo, destruidor da natureza e faz encarecer os alimentos na mesa da população da cidade, pelo fato de controlar as redes de distribuição e comercialização.

2 - MODELO CAMPONÊS DE PRODUÇÃO: tem como base a produção de alimentos saudáveis, ricos em proteínas, vitaminas, minerais.... , com prioridade voltada para o consumo interno local, respeitando a natureza e os conhecimentos das famílias. Na hipótese de algum camponês ainda se manter no modelo convencional isso se deve aos 50 anos de incentivo governamental, no Brasil, ao consumo de tecnologias agroquímicas, aonde foi feito um trabalho no sentido de envolver os camponeses como consumidores dos produtos das multinacionais. Os camponeses tem apenas 23% do território nacional agricultável (as piores terras), montanhosas, difícil acesso, pouca água..., ficam com 15 % do crédito bancário – sendo que boa parte do crédito anunciado pelo governo não chega às famílias pelo descaso e burocracia dos bancos; o modelo camponês gera 85% dos empregos diretos (empregos estes que não levam os trabalhadores a exposição de venenos), e produz 70% dos alimentos nacional, de acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE-2006). A agricultura camponesa utiliza mão de obra familiar, preserva a cultura das comunidades, utiliza mecanismos que consideram a educação contextualizada, se preocupa com o meio ambiente, com prática agroecológicas e estimula o empoderamento e autonomia da mulher, a valorização e fixação da juventude no campo.

Queremos ainda manifestar nossa indignação a V. Exa. com fatos que vem ocorrendo em nosso território capixaba, que agridem a natureza e comprometem a qualidade de vida das pessoas que estão no campo e na cidade. Por isso denunciamos mais uma vez:

- A contaminação por uso de agrotóxicos - destacamos o uso da pulverização aérea com venenos, feita por fazendeiros e empresas em plantações de café, cana de açúcar, mamão, eucalipto e outras;
- A conivência e omissão de órgãos do estado - o IDAF, o IEMA tem conhecimento dos fatos de agressões ambientais, mas na maioria dos casos assistem pacientemente, mesmo depois da população fazer os reclames;
- A extração de rochas - este setor vem causando danos irreversíveis ao meio ambiente. Poluição, destruição das matas, erosão no solo e outros danos; além de mortes e mutilações por acidentes de trabalho;
- A dificuldade de acesso à água para consumo e produção - a quantidade e qualidade da água para consumo humano, produção e abastecimento também é um grave problema enfrentado no nosso estado, afetando a agricultura, a saúde e a sobrevivência de comunidades tradicionais;
- A necessidade de uma atuação conjunta dos Comitês de Bacias Hidrográficas com os conselhos de políticas públicas, em especial os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, para trabalhar as questões relativas ao acesso à água;
- A invisibilidade das ações estaduais no sentido de reduzir a extrema pobreza e a falta de discussão com a sociedade civil, legitimamente reconhecida, desestimulando a participação e o controle social no processo de elaboração, execução e avaliação das ações e programas do Governo.

Já é sabido que sem a participação dos camponeses e outras organizações sociais a humanidade não soluciona os principais problemas, como os mencionados aqui. Várias autoridades internacionais e nacionais afirmam a importância do campesinato para garantir alimento, água potável e esfriamento do planeta. É inadmissível que, mesmo frente a tantos apelos, observemos políticas de governo favorecendo a quem destrói e, punindo quem produz e preserva.

Nossas propostas e reivindicações:

- **TERRA:** garantir a efetivação da Reforma Agrária com qualidade. Que o estado faça o levantamento das áreas devolutas que estão nas mãos dos grandes proprietários e empresas, e as destinem para famílias sem terra; além da regularização fundiária das pequenas propriedades;
- **APOIO À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS:** garantir linha de recursos financeiros aos grupos de famílias para agregação de valor e qualidade aos alimentos, incluindo o estímulo às pequenas agroindústrias. Garantir melhoria das estradas, transporte adequado para a produção e infraestrutura de espaços de comercialização;
- **LEGISLAÇÃO SANITÁRIA:** que a lei seja para orientar e contribuir na melhoria da qualidade dos alimentos e não para punir e inviabilizar as famílias que produzem.

- MOVIMENTOS SOCIAIS: que haja diálogo constante e não apenas nas situações de conflito, e que os movimentos sociais não sejam criminalizados por reivindicarem seus direitos;
- ÁGUA: que o governo estadual tome como referência experiências exitosas como as Cisternas Comunitárias, executadas pela Articulação do Semiárido Brasileiro, cujas ações tem possibilitado água de qualidade e em quantidade, tanto para o consumo, como para a produção de alimentos;
- FUNDO: que seja criado um fundo destinado aos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, cujos recursos serão provenientes de multas e/ou outras penalidades aplicadas às empresas e outros que causarem degradação ou prejuízos, seja ao meio ambiente ou mesmo comunidades tradicionais, camponeses, sociedade em geral; além de outras fontes a serem negociadas;
- AGROTÓXICOS: banimento dos agrotóxicos que já são banidos em outras regiões do mundo e a realização da constante análise dos alimentos produzidos em solo espiritossantense;
- AGROECOLOGIA: regulamentação da Lei Estadual de Agroecologia como estímulo ao modelo agroecológico de produção que tem se mostrado viável em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, com experiências exitosas que possibilitam o manejo adequado do solo, trazendo benefícios para toda a sociedade, oferecendo alimentos seguros e saudáveis;
- ALIMENTOS: estabelecimento de uma política clara de Produção, Abastecimento e Consumo, com diálogo com a sociedade civil;
- POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN): a imediata elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com as deliberações do Plano Nacional de SAN, com atenção especial aos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como apoio à criação dos planos municipais, trabalhando na ótica de sistema integrado nas diferentes esferas (união, distrital, estadual e municipal), bem como criação dos fóruns bipartite e tripartite que compõem o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);
- CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: que sejam considerados e respeitados o trabalho e decisões tomadas nos conselhos, cuja atuação está amparada, resguardada e garantida pela Constituição Brasileira, considerando o trabalho desenvolvido pelos conselheiros como de relevância social;
- LEI COMPLEMENTAR 609/2012 – exigir a regulamentação da Lei que criou o SISAN-ES e acelerar a implementação do Sistema e Plano de SAN no âmbito estadual e estimular os municipais, com participação direta do CONSEA-ES.

Exmo. Governador, a presente carta que chega a suas mãos foi aprovada pelos participantes da atividade comemorativa ao Dia Mundial da Alimentação no estado e traduz o pensamento das entidades da sociedade civil organizada, cuja Marcha até o Palácio do Governo, além de denunciar agravos que acontecem no estado, leva propostas concretas de mudanças para um Espírito Santo promotor do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável.

Subscvem esta carta todos os (as) participantes e as seguintes organizaes:

Vitria, 16 de outubro de 2012.

*Organizaes da Sociedade Civil:*

Aão Cidadania contra a Fome a Misria e pela Vida

ACELES – Associao dos Celacos do ES

Agncia de Desenvolvimento das Micropequenas empresas de empreendedorismo – ADERES

ANEES – Associao de Nutrio do Estado do ES

APTA – Associao de Programas em Tecnologias alternativas

Centro Universitrio So Camilo

CFN – Conselho Federal de Nutricionistas

COMSEA – VILA VELHA

COMSEA – VITRIA

CONSEA – ES

CRN – 4 – Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Regio

Faculdade Catlica Salesiana de Vitria

FASE – Fundao de Atendimento Socio Educativo ES

FETAES – Federao dos Trabalhadores Agrcolas do Espirito Santo

FOSAN-ES – Frum de Segurana Alimentar e Nutricional do Espirito Santo

GESAN Prof. Pedro Kitoko

Movimentos Sociais e Populares

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

Pastoral da Criança ES

RENAS – Rede Evanglica Nacional

SERDEL Servio e Conservao

SESC – Servio Social do Comrcio

UNEGRO – ES – Unio dos Negros do ES

UNICAFES – Unio Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Reforma Agrria

UNIUBE - Educação à Distância

UVV – Universidade de Vila Velha

*Organizações Governamentais:*

CECANE – UFOP

INCA – Instituto Nacional do Câncer

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

CASA CIVIL – Subsecretaria Estadual de Movimentos Sociais

Prefeitura de Colatina

Prefeitura de Itaguaçu

Prefeitura de Pedro Canário

SEADH – Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos

Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano

SEDU - Secretaria Estadual de Educação

SEMAS – VITÓRIA

SEMUS – VITÓRIA

SESA – Secretaria Estadual de Saúde

SESAI – Secretaria de Saúde Indígena

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo